

## **REQUERIMENTO N°     , DE 2014 – CAE**

Requeiro nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos para explicar a operação do Governo Federal de R\$ 12 bilhões para aporte de recursos no setor elétrico.

Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença do Secretário do Tesouro Nacional, **Arno Hugo Augustin Filho**.

### **JUSTIFICATIVA**

O governo federal anunciou no dia 13 de março passado um conjunto de medidas para socorrer o setor elétrico. Ao todo, os aportes somam R\$ 12 bilhões para compensar o custo maior das distribuidoras descontratadas, e que tiveram que recorrer ao mercado de curto prazo e aos elevados preços das térmicas acionadas diante do risco de racionamento energético.

A medida visa evitar o aumento de tarifas para o consumidor imediatamente após os descontos dados pelo próprio governo em 2013, e arcados pelo Tesouro Nacional.

Considerando-se as restrições fiscais do governo em 2014, a meta anunciada de 1,9% do PIB de superávit

primário, e a possibilidade de rebaixamento da Nota de risco da dívida pública brasileira pelas Agências de Classificação, o Tesouro optou por não bancar sozinho a conta a ser paga em 2014. Assim, fará um aporte direto na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) no valor de R\$ 4 Bilhões, deixando para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) o aporte dos demais R\$ 8 bilhões. Esse aporte será realizado por meio de um financiamento bancários a ser obtido pela CCEE, uma sociedade de direito privado e sem fins lucrativos mantida pelos agentes que atuam no mercado. O empréstimo seria compensado no ano subsequente por meio das revisões tarifárias.

A medida anunciada pelo governo está permeada por dúvidas que precisam ser esclarecidas. Discute-se desde a fonte dos R\$ 4 bilhões a serem aportados diretamente pelo Tesouro até o total de R\$ 12 bilhões, que parece bem distante dos cálculos do setor, as quais apontam além de valores represados do ano passado (R\$ 9,8 bilhões) e uma conta bem diferente para esse ano (superior a R\$ 18 bilhões, ao invés de R\$ 12 bilhões).

Fato é que o governo federal tem acumulado esqueletos com o represamento de tarifas de setores regulados, a fim de conter a escalada de preços administrados e, por conseguinte, da inflação.

Conforme cálculo feito pelo CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura) e divulgados pelo jornal Folha de São Paulo, os gastos para evitar reajustes na conta de luz, na gasolina e no diesel presidenciais podem chegar a R\$ 63 bilhões em 2014. O valor disparou em proporção do PIB

(Produto Interno Bruto) no governo da presidente Dilma Rousseff, saindo de 0,29% em 2011 para 1,19% neste ano.

Os desembolsos desses subsídios serão feitos, direta ou indiretamente, pela Petrobras (R\$ 42 bilhões), que banca a diferença entre os preços dos combustíveis praticados no exterior e no Brasil, pelo Tesouro (R\$ 13 bilhões), que vai cobrir parte do rombo das distribuidoras de energia, e pelos bancos (R\$ 8 bilhões) que financiarem a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Com esse valor, o governo federal poderia dobrar os investimentos públicos em infraestrutura e no Programa Minha Casa Minha Vida, os quais alcançaram a cifra de R\$ 63,2 bilhões em 2013, segundo o economista Mansueto Almeida. Também são gastos iguais ao da Assistência Social, incluindo-se o Bolsa Família (R\$ 62,5 bilhões), e superam os desembolsos com seguro desemprego e abono salarial (R\$ 46,4 bilhões).

Pelas razões aqui expostas, e pela urgência desse debate, peço apoio dos Srs e Sras Senadores para aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão,

Senador **Ricardo Ferraço**